

SUMÁRIO

Nota à 17ª edição xxv

TÍTULO I – TEORIA DO ESTADO E DA CONSTITUIÇÃO

CAPÍTULO 1 – DIREITO CONSTITUCIONAL	1
1. Direito constitucional – conceito, objeto e conteúdo científico	1
2. Direito constitucional – teoria geral do estado e ciência política – sociologia política e constitucional – história constitucional	9
3. Relações do direito constitucional com outros ramos do direito	16
3.1 Constitucionalização do direito infraconstitucional	18
4. Metodologia do direito constitucional	20
5. Fontes do direito constitucional	21
6. Sistemas constitucionais	23
6.1 O sistema constitucional inglês ou britânico	26
6.2 O sistema constitucional dos Estados Unidos	27
6.3 O direito constitucional na América Latina	29
6.3.1 O direito constitucional da Argentina	29
6.4 O sistema constitucional francês	30
6.5 O sistema constitucional soviético	32
6.6 O sistema constitucional suíço	33
6.7 Os sistemas constitucionais da Espanha e de Portugal	33
6.8 O sistema constitucional italiano	36
6.9 O sistema constitucional alemão	36
6.10 O sistema constitucional austríaco	37
6.11 Os sistemas constitucionais dos Estados asiáticos e africanos	38
6.11.1 O direito constitucional da Índia	40
6.12 O direito muçulmano	41
7. A teoria da constituição – significado, genealogia e objeto	42
7.1 Algumas teorias da Constituição	46
7.1.1 Ferdinand Lassalle	48
7.1.2 Hans Kelsen	48
7.1.3 Ernst Forsthoff	48
7.1.4 Hermann Heller	49
7.1.5 Carl Schmitt	49
7.1.6 Rudolf Smend	50
7.1.7 Costantino Mortati	50
7.1.8 Maurice Hauriou	50
7.1.9 Karl Loewenstein	51

7.1.10 Georges Burdeau	51
7.1.11 Konrad Hesse	51
7.1.12 Franco Modugno	52
7.1.13 Krüger	52
7.1.14 Peter Häberle	53
7.1.15 Gomes Canotilho	53
7.1.16 Jorge Miranda	53
7.2 A Teoria da Constituição no Brasil	54
7.2.1 Afonso Arinos de Melo Franco	54
7.2.2 José Alfredo de Oliveira Baracho	54
7.2.3 Paulo Bonavides	54
7.2.4 Carlos Ayres Britto	55
7.2.5 Novos paradigmas da teoria da constituição no Brasil	55
7.3 Teoria da constituição e teorias do direito, do discurso e da justiça: uma trilogia	56
7.3.1 Jürgen Habermas	56
7.3.2 John Rawls	57
7.3.3 Ronald Dworkin	59
 CAPÍTULO 2 – ESTRUTURA DO ESTADO	 61
1. Sociedade e Estado	61
2. Sociedades pré-estatais, infra-estatais e supra-estatais	66
3. Conceito de Estado	66
4. Natureza do Estado	67
4.1 Teorias sociológicas	68
4.2 Teorias deontológicas	70
4.3 Teorias jurídicas	71
4.4 Teorias políticas	71
5. Evolução histórica do Estado	72
6. Origem e justificação do Estado	79
7. Processos de formação e extinção do Estado	89
8. Elementos do Estado – considerações iniciais	90
8.1 Povo	91
8.2 Território	96
8.2.1 Princípio da territorialidade das leis	97
8.2.2 Direito do Estado sobre o seu território	98
8.2.3 Composição e limites do território	98
8.2.4 Ocupação e anexação	103
8.3 Poder político	104
8.4 Poder político e soberania	107
9. Personalidade do Estado	111
10. Formas de Estado – conceito	113
10.1 Estados simples e compostos	114
10.2 Estado unitário centralizado e descentralizado – O Estado Regional – O Estado Autônomico	114

10.3 Estado composto – União Real – União Pessoal – Confederação de Estados – Estado Federal	117
11. O Estado e a ordem internacional – as organizações internacionais.....	123
12. O Estado e a globalização	131
13. Terrorismo e Estado	133
14. A crise do estado	135
 CAPÍTULO 3 – FINS E FUNÇÕES DO ESTADO	 139
1. Fins do estado – considerações iniciais	139
2. Classificação dos fins do Estado	139
3. Síntese conclusiva.....	140
4. Funções do Estado – noção e classificação.....	142
 CAPÍTULO 4 – ORGANIZAÇÃO DO PODER POLÍTICO	 147
1. Noção de órgão do Estado	147
2. Separação de poderes – considerações iniciais.....	148
3. A separação de poderes no pensamento político.....	149
4. Origem histórica da separação de poderes.....	151
5. A separação de órgãos e funções.....	151
6. O princípio da separação de poderes: transformações.....	153
7. O tempo no direito constitucional.....	154
 CAPÍTULO 5 – ESTADO E DIREITO	 159
1. Relações entre o Estado e o direito	159
2. Teoria monística	160
3. Teoria dualística	161
4. Teoria do paralelismo.....	161
5. Teoria tridimensional do Estado e do direito	162
6. Teoria da autolimitação do Estado	162
7. Justiça política.....	163
8. Justiça de transição	169
9. Multiculturalismo.....	172
 CAPÍTULO 6 – REGIMES POLÍTICOS E SISTEMAS DE GOVERNO.....	 173
1. A dificuldade terminológica	173
2. Formas de governo: monarquia e república.....	176
3. Tipologia dos regimes políticos	179
4. Democracia – fundamentos – condições da democracia	182
4.1 Tipos de democracia	187
4.1.1 Democracia representativa	189
4.1.2 Democracia participativa.....	193
4.1.3 Democracia deliberativa	200
4.2 A opinião pública	200
5. Autoritarismo e regimes totalitários.....	202

6. Sistemas de governo – considerações gerais	205
6.1 Parlamentarismo	205
6.2 Presidencialismo	208
6.3 Semipresidencialismo	210
6.4 Governo de assembléia	213
6.5 Apreciação crítica dos sistemas de governo	213
 CAPÍTULO 7 – O CONSTITUCIONALISMO	 215
1. Conceito	215
2. Evolução histórica	217
3. O neoconstitucionalismo – o constitucionalismo do futuro	221
4. O constitucionalismo no Brasil	225
 CAPÍTULO 8 – PODER CONSTITUINTE	 229
1. Conceito, natureza e titularidade	229
2. Poder constituinte material e poder constituinte formal	234
3. Poder constituinte originário	235
4. Poder constituinte derivado	237
4.1 Limitações ao poder constituinte derivado	238
5. Poder constituinte difuso	240
6. Poder constituinte decorrente: espécies, caracteres e limitações	241
7. Poder constituinte supranacional	242
 CAPÍTULO 9 – CONSTITUIÇÃO E NORMAS CONSTITUCIONAIS	 243
1. Constituição – conceito	243
2. Concepções doutrinárias sobre a constituição	252
3. Classificação das constituições	253
4. Elementos da constituição	260
5. Funções da constituição	261
6. Bloco de constitucionalidade	264
7. Normas constitucionais: natureza, classificação e eficácia	265
7.1 Revisão da classificação tradicional	275
8. Lacunas da constituição	277
9. Aplicação das normas constitucionais no tempo	278
10. Aplicação das normas constitucionais no espaço	282
 CAPÍTULO 10 – MUDANÇA E SUBSISTÊNCIA DA CONSTITUIÇÃO	 285
1. Mudança constitucional: âmbito de abrangência	285
2. Formas de mudança constitucional: reforma, revisão e emenda	287
3. Mutação constitucional	289
4. Mudança constitucional e poder constituinte derivado	290
5. Mudança constitucional e inconstitucionalidade	291

CAPÍTULO 11 – INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO	293
1. Interpretação das leis e da constituição.....	293
2. Métodos de interpretação da constituição.....	303
3. Princípios e técnicas de interpretação especificamente constitucional.....	304
4. Ponderação de bens ou valores – Colisão de direitos fundamentais.....	311
5. Limites da interpretação constitucional	317
CAPÍTULO 12 – CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	319
1. Controle de constitucionalidade, garantia e supremacia da constituição	319
1.1 O princípio da constitucionalidade	319
1.2 Supremacia e rigidez da constituição	320
1.3 A supremacia da constituição no plano histórico	323
2. Inconstitucionalidade	324
2.1 Tipos de inconstitucionalidade	325
2.1.1 Inconstitucionalidade formal ou nomodinâmica	325
2.1.2 Inconstitucionalidade material ou nomoestática	327
2.1.3 Inconstitucionalidade por ação	328
2.1.4 Inconstitucionalidade por omissão	328
2.1.5 Inconstitucionalidade originária	329
2.1.6 Inconstitucionalidade superveniente	329
2.1.7 Inconstitucionalidade pretérita	330
2.1.8 Inconstitucionalidade progressiva (a lei ainda constitucional).....	331
2.1.9 Inconstitucionalidade total.....	331
2.1.10 Inconstitucionalidade parcial.....	331
2.1.11 Inconstitucionalidade antecedente ou imediata	332
2.1.12 Inconstitucionalidade conseqüente, derivada ou por arrastamento	332
2.1.13 Inconstitucionalidade causal.....	332
2.2 Inconstitucionalidade e ilegalidade	332
2.3 Inconstitucionalidade e relações jurídicas entre particulares	332
2.4 Inconstitucionalidade e responsabilidade civil do Estado	333
3. Custódia da Constituição: a polêmica entre Carl Schmitt e Hans Kelsen	334
3.1 O Chefe do Executivo e a defesa da Constituição no Direito Constitucional Comparado	336
3.2 A custódia da constituição no pensamento de Habermas e Dworkin	338
3.3 Os Tribunais Constitucionais e a custódia da Constituição.....	339
4. Sistemas e tipos de controle de constitucionalidade	339
4.1 Quanto ao parâmetro de controle	340
4.2 Quanto à natureza do órgão de controle	340
4.2.1 Controle político	340
4.2.2 Controle jurisdicional	341
4.2.3 Controle misto	346
4.3 Quanto ao momento de exercício do controle	348
4.3.1 Controle preventivo	348
4.3.2 Controle repressivo.....	348
4.3.2.1 Controle repressivo pelo Legislativo.....	348

4.3.2.2 Controle de constitucionalidade pelo Executivo, e a possibilidade de descumprimento de lei inconstitucional	349
4.4 Quanto ao número de órgãos competentes para o controle	351
4.4.1 Controle difuso	351
4.4.2 Controle concentrado.....	351
4.5 Quanto ao modo de manifestação do controle	351
4.5.1 Controle por via incidental	351
4.5.2 Controle por via principal.....	352
4.6 Quanto à finalidade do controle.....	352
4.6.1 Controle subjetivo	352
4.6.2 Controle objetivo	352
4.7 Tipologia dos sistemas de controle de constitucionalidade: apreciação final	353
5. O controle de constitucionalidade no direito constitucional comparado	356
5.1 Itália.....	356
5.2 Alemanha.....	357
5.3 Espanha.....	357
5.4 Portugal.....	358
5.5 Argentina	358
5.6 Chile	359
5.7 Paraguai	360
5.8 Uruguai	360
5.9 Venezuela.....	361
5.10 Peru.....	361
6. Evolução do controle de constitucionalidade no Brasil	362
6.1 A Constituição de 1824.....	362
6.2 A Constituição de 1891.....	362
6.3 A Constituição de 1934.....	363
6.4 A Constituição de 1937.....	364
6.5 A Constituição de 1946.....	364
6.6 A Constituição de 1967 e a Emenda Constitucional n. 1/69.....	365
6.7 A Constituição de 1988.....	365
7. Controle preventivo e devido processo legislativo	365
7.1 Controle preventivo e comissões parlamentares	366
7.2 Súmulas da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	367
7.3 Controle jurisdicional preventivo, devido processo legislativo e vícios regimentais	368
7.4 Controle preventivo e lei delegada	371
7.5 Controle preventivo e veto presidencial	371
7.6 Considerações finais sobre o controle preventivo	372
8. Controle difuso.....	373
8.1 Perfil do controle difuso-incidental	373
8.2 Controle difuso-incidental oficioso	375
8.3 Incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	375
8.4 Controle difuso-incidental e recurso extraordinário.....	378
8.5 Ação civil pública e controle difuso-incidental	378
8.6 Efeitos da decisão de inconstitucionalidade no controle difuso-incidental	381
8.7 O papel do Senado no controle difuso-incidental de constitucionalidade	383

8.8 A suspensão da lei pelas Assembléias Legislativas	387
8.9 Apreciação crítica do controle difuso	388
9. Controle concentrado ou abstrato e as ações diretas.....	389
10. Ação direta de inconstitucionalidade – A Lei n. 9.868, de 10 de novembro de 1999	390
10.1 Legitimidade ativa e passiva	392
10.2 Competência	396
10.3 Objeto	397
10.4 Procedimento	406
10.5 <i>Quorum</i>	410
10.6 Medida cautelar	411
10.7 Efeitos da declaração de inconstitucionalidade (objetivos, subjetivos e temporais)	412
10.7.1 Efeitos transcendentais	419
10.7.2 A inconstitucionalidade da norma revogadora	423
10.7.3 Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto	425
10.7.4 Interpretação conforme a constituição.....	426
10.7.5 Declaração de inconstitucionalidade sem a pronúncia de nulidade e o apelo ao legislador	429
10.7.6 A inconstitucionalidade progressiva e a lei ainda constitucional	429
10.7.7 Decisões aditivas, redutoras e substitutivas e outras decisões intermediárias	433
10.7.8 Reclamação e controle abstrato de constitucionalidade	434
10.7.9 Ação rescisória e controle abstrato de constitucionalidade	435
11. Ação de inconstitucionalidade por omissão – as omissões inconstitucionais – Lei n. 9.868/99 (Capítulo II-A acrescentado pela Lei n. 12.063/09)	437
11.1 Legitimação	442
11.2 Competência	443
11.3 Procedimento	443
11.4 Medida cautelar	443
11.5 A decisão e seus efeitos.....	444
11.6 Diferenças entre a ação de inconstitucionalidade por omissão e o mandado de injunção	446
12. Ação direta de inconstitucionalidade interventiva – Origem, conceito e natureza jurídica	447
12.1 Legitimação	449
12.2 Competência	449
12.3 Procedimento.....	449
12.4 Medida cautelar	450
12.5 A decisão e seus efeitos	451
13. Ação declaratória de constitucionalidade – Origem, conceito e finalidade	452
13.1 Legitimação	454
13.2 Competência	455
13.3 Objeto	455
13.4 Procedimento.....	456
13.5 Medida cautelar	457
13.6 A decisão e seus efeitos	457

14. Arguição de descumprimento de preceito fundamental – Considerações gerais e parametricidade	457
14.1 Competência	460
14.2 Espécies	461
14.3 Objeto	462
14.3.1 Atos do Poder Público	462
14.3.2 Atos normativos	462
14.3.3 Atos administrativos	463
14.3.4 Atos judiciais	463
14.3.5 Atos municipais	464
14.3.6 Direito anterior à Constituição	465
14.3.7 Norma revogada	465
14.3.8 Medida provisória rejeitada e relações jurídicas constituídas durante sua vigência	466
14.3.9 As omissões do Poder Público.....	466
14.4 O princípio da subsidiariedade da arguição de descumprimento de preceito fundamental	467
14.5 Legitimidade	471
14.6 Procedimento	471
14.7 Medida liminar	472
14.8 A decisão e seus efeitos	472
15. Controle estadual de constitucionalidade – Considerações gerais.....	473
15.1 Controle estadual de constitucionalidade da lei municipal	474
15.2 A ação direta de inconstitucionalidade no plano estadual	475
15.2.1 Parâmetro	476
15.2.1.1 Normas constitucionais federais repetidas	477
15.2.1.2 Normas constitucionais remissivas	481
15.2.1.3 A inconstitucionalidade do parâmetro de controle	483
15.2.1.4 Concorrência de parâmetros de controle	483
15.2.2 Objeto	485
15.2.3 Legitimação	485
15.2.4 Procedimento	487
15.2.5 Medida cautelar	489
15.2.6 A decisão e seus efeitos	489
15.3 A ação direta interventiva dos Estados-Membros nos Municípios.....	490
16. Jurisdição e Tribunal Constitucional	491
16.1 Legitimidade do Tribunal Constitucional	491
16.2 Funções do Tribunal Constitucional.....	500
17. Jurisdição constitucional e processo constitucional objetivo – Fundamentos	503
17.1 Princípios do processo constitucional objetivo	507
18. Jurisdição constitucional e convergência dos sistemas de controle de constitucionalidade americano e europeu-kelseniano	509
 CAPÍTULO 13 – CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS	 511
1. Antecedentes	511
2. A independência e a constituição de 1824	514

3. A constituição de 1891: república e federação.....	521
4. A revolução de 1930 e a constituição de 1934: uma constituição de transição.....	526
5. A constituição de 1937: eclipse do constitucionalismo.....	528
6. A redemocratização na constituição de 1946.....	531
7. O golpe militar, os atos institucionais e a constituição de 1967/1969.....	534
8. A constituição de 1988: uma constituição de princípios, de direitos fundamentais e de justiça social.....	536
9. Revisão e emendas à constituição de 1988.....	542

TÍTULO II – DIREITO CONSTITUCIONAL POSITIVO

CAPÍTULO 14 – PREÂMBULO CONSTITUCIONAL.....	547
1. Conceito.....	547
2. O preâmbulo nas constituições brasileiras.....	548
3. Posição do preâmbulo na constituição.....	551
4. Valor jurídico do preâmbulo.....	551
CAPÍTULO 15 – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....	555
1. Introdução.....	555
2. Acepções do termo “princípio”.....	558
3. Princípios e regras constitucionais.....	559
4. Classificação dos princípios constitucionais.....	565
5. Princípios fundamentais do Estado brasileiro.....	567
6. República.....	568
7. Estado federal.....	569
8. Estado democrático de direito.....	572
9. Separação de poderes.....	578
10. Soberania.....	580
11. Cidadania.....	580
12. Dignidade da pessoa humana.....	582
13. Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.....	585
14. Pluralismo político – interesses coletivos e difusos.....	585
15. Objetivos fundamentais do Estado brasileiro.....	587
16. Princípios da ordem internacional.....	588
17. Princípio da subsidiariedade.....	593
18. Considerações finais.....	593
CAPÍTULO 16 – DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	595
1. Histórico e concepções teórico-jurídicas – as gerações de direitos fundamentais.....	595
1.1 Tratados internacionais de direitos humanos e sua eficácia no direito interno brasileiro.....	603
2. Valor jurídico das declarações de direitos.....	607

3. Classificação	608
3.1 Direitos e garantias fundamentais	617
3.1.1 Entidades da sociedade civil de defesa dos direitos humanos fundamentais.....	620
4. Limites e funções dos direitos fundamentais.....	621
4.1 Direitos fundamentais e relações jurídicas entre particulares	624
5. Direitos e garantias fundamentais na constituição de 1988.....	627
5.1 Abrangência.....	629
5.1.1 Direitos individuais	629
5.1.2 Direitos sociais	629
5.1.3 Direitos econômicos	629
5.1.3.1 O direito do consumidor.....	630
5.1.4 Direitos coletivos e direitos difusos	631
5.1.5 Direitos de nacionalidade	631
5.1.6 Direitos políticos	631
5.1.7 Direitos relacionados à existência, organização e participação em partidos políticos	632
5.1.8 Direitos republicanos	632
5.1.9 As necessidades humanas e os novos direitos fundamentais.....	633
5.1.10 Direitos fundamentais implícitos.....	633
5.1.10.1 Direito de resistência – A desobediência civil.....	635
5.1.11 Direitos e garantias individuais e os direitos sociais e econômicos: intensidade normativa	636
5.1.12 Direitos fundamentais atípicos e análogos	637
5.1.13 Deveres fundamentais	637
5.2 Direito à vida	638
5.2.1 Aborto	640
5.2.2 Genoma e clonagem	641
5.2.3 Eutanásia, ortotanásia e mistanásia	642
5.2.4 Suicídio.....	644
5.2.5 A questão da pena de morte.....	645
5.2.6 Direito à vida e direito à saúde	649
5.2.7 Bioética e direitos fundamentais	650
5.3 Direito à privacidade: idéias centrais	651
5.3.1 Direito à honra	652
5.3.2 Direito à imagem	652
5.3.3 Direito à intimidade.....	653
5.3.4 Inviolabilidade do domicílio.....	654
5.3.5 Os sigilos bancário e fiscal	656
5.3.5.1. Comissões parlamentares de inquérito e sigilos bancário e fiscal.....	657
5.3.6 O sigilo das comunicações – A inviolabilidade de correspondência.....	657
5.3.6.1 Intercepção telefônica e gravação clandestina.....	657
5.3.6.1 Comissões parlamentares de inquérito e quebra de sigilo telefônico	661
5.3.6.2 Gravação ambiental	661
5.3.6.3 Sigilo das comunicações em sistemas telemáticos.....	662
5.3.6.4 Inviolabilidade de correspondência.....	662
5.4 Liberdades constitucionais: noções preliminares	663

5.4.1	Liberdade de ação	665
5.4.1.1	A reserva legal	666
5.4.2	Liberdade de locomoção.....	667
5.4.3	Direito à segurança individual ou à integridade física e moral	668
5.4.3.1	A proibição da tortura	669
5.4.3.2	Uso de algemas e integridade física e moral do cidadão.....	669
5.4.4	Liberdade de pensamento	671
5.4.5	Liberdade de consciência ou de crença	672
5.4.6	A escusa de consciência.....	672
5.4.7	Liberdade de manifestação do pensamento – Direito de resposta.....	674
5.4.7.1	Liberdade de expressão e princípio da veracidade (o direito do cidadão à verdade perante o poder público)	679
5.4.8	Liberdade de informação jornalística	679
5.4.9	Liberdade religiosa	683
5.4.10	Liberdade de reunião	688
5.4.11	Liberdade de associação	690
5.4.11.1	As sociedades cooperativas.....	691
5.4.12	Liberdade de exercício profissional.....	691
5.4.13	Liberdade de ensino e aprendizagem.....	694
5.5	Direito de igualdade: o princípio e sua efetivação	694
5.5.1	Fatores de desigualação no texto constitucional	697
5.5.2	As ações afirmativas	699
5.5.3	Igualdade da mulher	700
5.6	Direito de propriedade: fundamentos	702
5.6.1	Função social da propriedade	702
5.6.2	Desapropriação.....	704
5.6.3	Propriedades especiais.....	707
5.6.4	Bem de família	708
5.6.5	Direito de herança.....	708
5.6.6	Sucessão de bens de estrangeiros situados no Brasil.....	709
5.7	Direito à segurança.....	709
5.8	Garantias constitucionais: explicação inicial.....	710
5.8.1	Garantias das relações jurídicas: direito adquirido, ato jurídico perfeito, coisa julgada.....	711
5.8.2	Garantias criminais	715
5.8.2.1	Julgamento dos crimes dolosos contra a vida pelo Tribunal do Júri	715
5.8.2.2	Anterioridade da lei penal	716
5.8.2.3	Proibição da retroatividade da lei penal	716
5.8.2.4	Discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.....	717
5.8.2.5	Individualização da pena	717
5.8.2.6	Personalização da pena.....	718
5.8.2.7	Proibição de penas de morte, banimento, prisão perpétua, trabalhos forçados e cruéis	719
5.8.2.8	Proibição da não-extradicação de estrangeiro em razão de crime político ou de opinião, e em caso algum de brasileiro nato	720
5.8.2.9	Presunção de inocência	720
5.8.2.10	Proibição de identificação criminal	721
5.8.2.11	Vedação e punição do racismo	722

5.8.2.12	Vedação e punição da tortura	723
5.8.2.13	Crimes imprescritíveis	723
5.8.2.14	Ação penal subsidiária	723
5.8.2.15	Requisitos para a efetivação das prisões e direitos do preso	723
5.8.2.16	Algumas regras internacionais de proteção aos direitos dos reclusos	728
5.8.3	Prisão civil por dívida do depositário infiel e do alimentante omissis	729
5.8.4	<i>Habeas corpus</i> : conceito, origem e objeto	733
5.8.4.1	Legitimação ativa e passiva.....	736
5.8.4.2	Alguns aspectos procedimentais.....	736
5.8.4.3	Espécies	737
5.8.4.4	Liminar	737
5.8.4.5	Punições disciplinares militares	737
5.8.4.6	<i>Habeas corpus</i> , estado de defesa e estado de sítio	738
5.8.4.7	Competência	738
5.8.5	Garantias jurisdicionais	739
5.8.5.1	Inafastabilidade da jurisdição	739
5.8.5.2	Juízo competente ou natural, e vedação de tribunais de exceção	741
5.8.6	Garantias processuais	742
5.8.6.1	Devido processo legal, contraditório e ampla defesa	742
5.8.6.2	Razoável duração do processo.....	746
5.8.6.3	Proibição de prova ilícita.....	748
5.8.6.4	Publicidade	749
5.8.6.5	Motivação das decisões	749
5.8.7	Garantias tributárias.....	750
5.8.8	Garantias civis	750
5.8.8.1	Direito à obtenção de certidões	751
5.8.8.2	Mandado de segurança: conceito, origem e objeto – Celeridade processual	753
5.8.8.3	<i>Habeas data</i> : considerações preliminares	770
5.8.8.4	Ação civil pública: considerações gerais.....	774
5.8.9	Garantias políticas	775
5.8.9.1	Direito de petição	776
5.8.9.2	Ação popular: conceito e finalidade	776
5.9	Mandado de injunção: considerações preliminares	778
5.9.1	Legitimação ativa e passiva.....	779
5.9.2	Procedimento	780
5.9.3	Competência.....	780
5.9.4	Natureza da decisão e seus efeitos.....	780
5.9.5	Liminar	784
5.10	Direitos sociais	784
5.10.1	Direitos sociais dos trabalhadores	786
5.10.2	Liberdade sindical	788
5.10.3	Greve	789
5.10.4	Garantias dos direitos sociais	790
5.10.4.1	Proibição do retrocesso social	791
6.	Três declarações: 1776, 1789, 1948.....	792
6.1	Declaração da Independência, 1776.....	792
6.2	Declaração dos direitos do homem e do cidadão, 1789	795
6.3	Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948	796

CAPÍTULO 17 – NACIONALIDADE.....	803
1. Nacionais e estrangeiros	803
2. Aquisição da nacionalidade – <i>jus soli</i> e <i>jus sanguinis</i> – Brasileiros natos.....	804
3. Brasileiros naturalizados	809
4. Distinção entre brasileiros natos e naturalizados	810
5. Quase-nacionalidade	811
6. Perda da nacionalidade	812
7. Situação jurídica do estrangeiro no Brasil	812
8. Língua e símbolos nacionais.....	817
CAPÍTULO 18 – DIREITOS POLÍTICOS.....	821
1. Considerações gerais.....	821
2. Sufrágio e voto.....	823
3. Elegibilidade	829
4. Inelegibilidade.....	832
5. Suspensão e perda dos direitos políticos.....	840
6. Ação de impugnação de mandato eletivo.....	843
7. Sistemas eleitorais.....	844
CAPÍTULO 19 – PARTIDOS POLÍTICOS E GRUPOS DE PRESSÃO.....	851
1. Considerações gerais.....	851
2. Os partidos políticos no Brasil.....	853
3. Classificação dos partidos políticos	855
4. Funções dos partidos políticos	858
5. Os partidos políticos na constituição de 1988.....	858
6. Grupos de pressão	865
CAPÍTULO 20 – ESTADO FEDERAL	869
1. Introdução	869
2. A federação no Brasil – evolução.....	873
3. Estrutura da federação – as descentralizações da federação brasileira	875
4. Repartição de competências.....	876
5. União – natureza jurídica	880
5.1 Competências da União.....	882
5.2 Bens da União.....	888
6. Estados federados – autonomia.....	891
6.1 Autogoverno estadual	892
6.2 Conteúdo das Constituições Estaduais	896
6.3 Competências dos Estados federados	898
7. Municípios – posição na federação.....	899
7.1 Lei orgânica dos Municípios	900
7.2 Competências dos Municípios.....	905
7.3 Fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios	906
8. Distrito federal – natureza.....	907

8.1 Autonomia	909
8.2 Competências	910
9. Territórios.....	910
10. Intervenção federal.....	912
11. Intervenção nos municípios	915
11.1 Falta de pagamento da dívida fundada	915
11.2 Não-prestação de contas	916
11.3 Inaplicação do percentual constitucional da receita de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde	916
11.4 Inobservância dos princípios indicados na Constituição Estadual, descumprimento de lei, ordem ou decisão judicial.....	917
 CAPÍTULO 21 – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	 921
1. Princípios e normas gerais	921
2. Agentes e cargos públicos.....	931
3. Servidores públicos.....	939
3.1 Estabilidade	940
3.2 Aposentadoria (EC n. 41/2003 e EC n. 47/2005)	942
3.3 Militares.....	947
4. Improbidade administrativa	947
 CAPÍTULO 22 – PODER LEGISLATIVO.....	 953
1. Introdução	953
2. Funções do Poder Legislativo.....	955
3. Organização do Poder Legislativo	959
3.1 Câmara dos Deputados.....	961
3.2 Senado Federal.....	966
4. Sessões conjuntas do Congresso Nacional.....	970
5. Auto-organização e regimento interno.....	970
5.1 Direção e funcionamento dos trabalhos legislativos	970
5.2 Abertura e término das sessões legislativas.....	973
5.2.1 Legislatura	973
5.2.2 Sessão legislativa ordinária.....	973
5.2.3 Recesso parlamentar.....	975
5.2.4 Sessão legislativa extraordinária	975
5.2.5 Sessão ordinária e sessão extraordinária.....	976
5.2.6 Sessões preparatórias.....	977
5.3 Comissões parlamentares.....	977
5.3.1 Comissões Parlamentares de Inquérito	984
5.3.2 Comissões parlamentares e relatoria	993
5.4 Bancadas, blocos parlamentares, maioria e minoria	994

5.5 Líder e colégio de líderes	994
5.6 Obstrução parlamentar	995
5.7 Poder de polícia.....	995
6. Atribuições do congresso nacional	995
7. Garantias legislativas – As imunidades parlamentares	999
7.1 Imunidades parlamentares: Considerações gerais.....	999
7.2 Imunidades parlamentares no Brasil: Histórico	1000
7.3 Imunidade material	1002
7.4 Imunidade formal	1004
7.5 Privilégio de foro.....	1007
7.6 Dever de testemunhar	1008
7.7 Isenção de serviço militar	1008
7.8 Direito a subsídio	1009
8. Incompatibilidades parlamentares e perda do mandato	1009
8.1 Infidelidade partidária e perda do mandato	1014
8.1.1 A Resolução n. 22.610, de 25 de outubro de 2007	1017
9. O ato legislativo.....	1019
10. Considerações finais.....	1024

CAPÍTULO 23 – PROCESSO LEGISLATIVO..... 1025

1. Introdução	1025
2. Noção de processo legislativo.....	1026
3. Atos do processo legislativo.....	1028
3.1 Iniciativa	1028
3.2 Emenda.....	1032
3.3 Votação	1034
3.4 Sanção	1037
3.4.1 Sanção e vício de iniciativa	1038
3.5 Veto	1040
3.6 Promulgação	1042
3.7 Publicação	1044
4. Espécies normativas	1047
4.1 Emendas à Constituição	1047
4.2 Leis complementares.....	1049
4.3 Leis ordinárias.....	1051
4.4 Leis delegadas	1051
4.5 Medidas provisórias – Emenda Constitucional n. 32, de 11 de setembro de 2001	1052
4.5.1 Natureza jurídica das medidas provisórias.....	1054
4.5.2 Efeitos das medidas provisórias	1054
4.5.3 Regime jurídico-constitucional das medidas provisórias	1055

4.6 Decretos legislativos	1059
4.6.1 Tratados internacionais e decretos legislativos	1059
4.7 Resoluções.....	1060
5. Leis orçamentárias	1061
6. Plebiscito e referendo.....	1061
7. Processo legislativo nos Estados e Municípios	1063
8. Processo legislativo e controle da constitucionalidade	1064
9. Procedimento legislativo.....	1064
10. Legística e técnica legislativa	1080
11. Considerações finais.....	1083
CAPÍTULO 24 – FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	1085
1. Sistemas de controle – externo e interno	1085
2. O Tribunal de Contas da União.....	1085
3. Composição do Tribunal de Contas da União.....	1088
4. Tribunal de Contas nos Estados e Municípios	1088
5. Sistema de controle interno.....	1089
CAPÍTULO 25 – PODER EXECUTIVO	1091
1. Poder de conteúdo incerto.....	1091
2. Chefia de Estado e Chefia de Governo	1092
3. Poder regulamentar	1093
4. Presidente da República – elegibilidade, eleição, mandato, posse e exercício	1094
5. Vice-Presidente da República	1095
6. Vacância da Presidência	1097
7. Atribuições do Presidente da República	1098
8. Presidencialismo e Poder Legislativo	1100
9. Presidencialismo e Federação	1104
10. Presidencialismo e Poder Judiciário	1104
11. Responsabilidade do Presidente da República.....	1106
12. Ministros de Estado.....	1110
13. Conselho da República	1112
14. Conselho de Defesa Nacional	1113
15. Conclusão.....	1114
CAPÍTULO 26 – PODER JUDICIÁRIO	1117
1. Função jurisdicional.....	1117
2. Monopólio da jurisdição	1122

3. O devido processo legal.....	1122
4. Garantias e vedações da magistratura.....	1123
5. Controle externo – O Conselho nacional de justiça.....	1126
6. Competência dos tribunais.....	1133
7. Os magistrados e seu estatuto.....	1134
8. Organização do Poder Judiciário.....	1145
9. Supremo Tribunal Federal.....	1148
9.1 Competência do Supremo Tribunal Federal.....	1156
9.2 Recurso extraordinário.....	1157
9.2.1 Recurso extraordinário e repercussão geral.....	1161
9.3 Competências implícitas.....	1164
9.4 Súmulas vinculantes – a Lei n. 11.417, de 19 de dezembro de 2006.....	1164
9.4.1 Súmulas vinculantes e repercussão geral.....	1170
9.4.2 Súmulas vinculantes aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal nos anos de 2007 a 2010.....	1170
9.5 Reclamação constitucional.....	1172
10. Superior Tribunal de Justiça.....	1173
10.1 Competência.....	1174
10.1.1 Competência recursal do Superior Tribunal de Justiça.....	1176
11. Justiça Federal Comum.....	1177
11.1 Tribunais Regionais Federais.....	1177
11.1.1 Competência.....	1178
11.2 Juízes Federais.....	1178
11.2.1 Competência.....	1178
11.2.2 A federalização das causas relativas a direitos humanos.....	1179
12. Justiça do Trabalho.....	1181
12.1 Competência da Justiça do Trabalho.....	1183
13. Justiça Eleitoral.....	1184
13.1 Tribunal Superior Eleitoral e Justiça Eleitoral.....	1185
13.2 Competência da Justiça Eleitoral.....	1187
14. Justiça Militar.....	1187
15. Juizados Especiais e Justiça de Paz.....	1191
16. Justiça dos Estados.....	1191
17. Precatórios Judiciais.....	1194
18. A reforma do Poder Judiciário.....	1197
 CAPÍTULO 27 – FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....	 1199
1. Ministério Público – posição constitucional.....	1199
1.1 Princípios, autonomia e garantias.....	1199
1.1.1 Princípio do promotor natural.....	1201

1.2 Funções do Ministério Público	1202
1.3 Os diversos Ministérios Públicos	1203
1.4 O controle externo do Ministério Público	1206
2. Advocacia-Geral da União	1207
3. Defensoria Pública	1208
4. Advocacia.....	1209
CAPÍTULO 28 – DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	1213
1. Estado democrático de direito e crise	1213
2. Sistema constitucional das crises – flexível e rígido.....	1214
3. Estado de defesa.....	1218
4. Estado de sítio	1219
5. O estado de exceção.....	1221
6. Forças armadas.....	1223
7. Segurança pública	1227
CAPÍTULO 29 – TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO.....	1231
1. Sistema tributário nacional – considerações gerais	1231
2. Tributos	1232
2.1 Impostos	1232
2.2 Taxas.....	1233
2.3 Contribuição de melhoria	1234
2.4 Empréstimos compulsórios	1234
2.5 Contribuições sociais.....	1234
3. Limitações constitucionais do poder de tributar	1235
4. Discriminação constitucional de rendas.....	1238
4.1 Impostos da União	1239
4.2 Impostos dos Estados	1240
4.3 Impostos dos Municípios.....	1243
5. Repartição das receitas tributárias	1244
6. Finanças públicas	1245
7. Orçamento: noção, natureza e elementos.....	1246
8. Características do orçamento	1248
9. Modalidades de orçamento	1249
10. Lei complementar e orçamento.....	1250
11. Vedações constitucionais orçamentárias	1251
12. Processo legislativo das leis orçamentárias	1252
CAPÍTULO 30 – ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	1253
1. Fundamentos da ordem econômica – liberalismo, intervencionismo e dirigismo econômico – o neoliberalismo.....	1253

2. Princípios da ordem econômica	1255
3. Atuação do Estado no domínio econômico.....	1257
4. Planejamento.....	1258
5. Serviços públicos	1259
6. Regime das jazidas, minas, riquezas minerais e potenciais de energia hidráulica	1260
7. Política urbana	1260
8. Política agrícola, fundiária e reforma agrária	1265
9. Sistema financeiro nacional	1267
 CAPÍTULO 31 – ORDEM SOCIAL.....	 1271
1. Considerações gerais.....	1271
2. A seguridade social	1271
2.1 Saúde	1274
2.2 Previdência social.....	1276
2.3 Assistência social.....	1279
3. Educação e cultura.....	1279
4. Desporto.....	1285
5. Ciência e tecnologia.....	1287
6. Comunicação social	1288
7. Meio ambiente	1291
8. Família	1295
9. Criança, adolescente, jovem e idoso	1296
10. Índios.....	1299
 CAPÍTULO 32 – DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS E TRANSITÓRIAS	 1303
1. Disposições gerais – natureza	1303
2. Serviços notariais e de registro	1303
3. Novos estados	1304
4. PIS e PASEP	1305
5. Ensino obrigatório.....	1305
6. Combate aos tóxicos	1306
7. Proteção aos deficientes físicos.....	1307
8. Assistência às vítimas de crimes dolosos.....	1307
9. Vedação de medidas provisórias	1307
10. Disposições transitórias – natureza e forma.....	1308
 BIBLIOGRAFIA.....	 1311